



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 9/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 11093/2014.

Apenso: Processo nº 11330/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Beruri.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sr. Odemilson Lima Magalhães, Prefeito Municipal de Beruri, à época.

6- Unidade Técnica: DICOP – Relatório Conclusivo nº. 069/2015 (fls. 1608/1716) e DICAMI – Relatório Conclusivo nº 63/2015 (fls. 1717/1757).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2802/2015-MPC-CASA, do Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas (fls. 1758/1762).

8- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

Ementa: Prestação de Contas. Prefeitura Municipal de Beruri. Exercício de 2013.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a Desaprovação das Contas.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º, e 2º, da Constituição Federal, c/c o art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM e artigo 3º (I, II ou III) da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO nos termos do art. 219, incisos I e II da Resolução n.º 4/2002, o art. 58, alínea “c”, da Lei n.º 2.423/1996, bem como o art. 31, §2º, da Constituição Federal, recomendando à Câmara Municipal de Beruri a **DESAPROVAÇÃO das Contas do Município**, exercício de 2013, de responsabilidade do senhor **Odemilson Lima Magalhães**, prefeito do município, à época, conforme o disposto no art. 223, §3º, da Resolução n.º 4/2002.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

PARECER PRÉVIO Nº 9/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

10- Ata: 4ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 17 de Fevereiro de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1- Auditor-Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público junto ao TCE: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 9/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 9/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE nº 11093/2014.

Apensos: Processo nº 11330/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Beruri.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sr. Odemilson Lima Magalhães, Prefeito Municipal de Beruri, à época.

6- Unidade Técnica: DICOP – Relatório Conclusivo nº. 069/2015 (fls. 1608/1716) e DICAMI – Relatório Conclusivo nº 63/2015 (fls. 1717/1757).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2802/2015-MPC-CASA, do Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas (fls. 1758/1762).

8- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

Ementa: Prestação de Contas. Prefeitura Municipal de Beruri. Exercício de 2013.

Contas Irregulares. Multas. Alcance. Prazos. Cobrança Executiva. Determinações ao Responsável, ao atual Prefeito Municipal de Beruri e à próxima Comissão de Inspeção. Encaminhamento.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas no art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Exmo. Sr. Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no sentido de:

9.1- Julgar Irregular a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Beruri, exercício de 2013, de responsabilidade do senhor **Odemilson Lima Magalhães**, prefeito do município, à época, nos termos dos arts. 22, III, “b” e 25, da Lei n.º 2.423/1996, c/c o art. 188, II e § 1º, III, “b”, da Resolução 4/2002-TCE/AM;

9.2- Aplicar multa ao senhor Odemilson Lima Magalhães:

9.2.1- no valor de R\$ **10.000,00** (dez mil reais), com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/1996 c/c o art. 308, VI, da Resolução n.º 4/2002, pelas seguintes impropriedades:

a) Ausência de cópias dos precatórios pagos e os processados e não pagos, em ordem cronológica dos títulos e as respectivas notas de empenho, no período de 01/01/2013 a 31/12/2013;

b) Ausência de um setor de patrimônio, descumprindo a norma ditada pela lei n.º 4.320/1964, em seu art. 94;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 9/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 9/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

c) Ausência de justificativa acerca do pagamento de R\$ 17.866,87 (dezesete mil, oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta e sete centavos) a título de remuneração e R\$ 2.590,75 (dois mil, quinhentos e noventa reais e setenta e cinco centavos) referente ao 13º. salário para o professor Naidy Castro Mady, com recurso oriundo dos 60% FUNDEB, uma vez que o mesmo não se encontrava exercendo atividades do magistério, conforme livro de ponto e declaração do gestor da escola;

d) Em razão das impropriedades apontadas pela DICOP no Relatório Conclusivo n.º 069/2015 – DICOP (fls. 1.608/1.716) e não sanadas pelo gestor, as quais foram tratadas no item 5 da presente proposta de voto.

9.3- Considerar em ALCANCE o senhor Odemilson Lima Magalhães:

9.3.1- no valor de R\$ **20.457,62** (vinte mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e sessenta e dois centavos), referente ao montante total da remuneração paga indevidamente ao Sr. Nayde Castro Mady, nos termos do item 4 da presente proposta de voto;

9.3.2- no valor de R\$ **3.105,00** (três mil, cento e cinco reais), em razão dos serviços discriminados na planilha contratada e não identificados durante a inspeção, referente a CARTA-CONTRATO n.º 044/2013, nos termos do item 5.7 da presente proposta de voto;

9.3.3- no valor de **3.152.003,28** (três milhões, cento e cinquenta e dois mil e três reais e vinte e oito centavos), em razão da ausência de registros de despesas, contratos e processos licitatórios que possam ter conexão com a CARTA-CONTRATO S/N (CÓD. 12.361.210.1.004, Valor R\$ 3.152.003,28) e que comprovem que o dispêndio foi realizado com plena observância dos preceitos legais, nos termos do item 5.13;

9.4- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres estaduais do valor da multa imposta, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n.º 4/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei n. 2.423/1996 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução n.º 4/2002);

9.5- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres do Município de Beruri dos valores referentes ao alcance, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, os valores das glosas aplicadas deverão ser atualizados monetariamente (art. 55, da Lei n.º 2.423/1996 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM);

9.6- Autorizar desde já a instauração da **Cobrança Executiva** no caso de não recolhimento dos valores das condenações, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n.º 2.423/1996 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução n.º 4/2002;

9.7-. Determinar ao responsável e ao atual Prefeito do Município de Beruri que:



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 9/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 9/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

9.7.1- observem o correto processamento das despesas com precatório e seu efetivo pagamento, nos termos do disposto no art. 100, da Constituição Federal, fazendo prova das medidas adotadas perante esta Corte;

9.7.2- observem com maior rigor o disposto no art. 94, da Lei n.º 4.320/1964, o qual exige registros analíticos de todos os bens de caráter permanente;

9.7.3- observem com maior rigor as disposições da Lei Federal n.º 8.666/1996, sobretudo o conteúdo do seu art. 55;

9.7.4- observem com maior rigor a legislação aplicável na realização de despesas com obras públicas, nos termos das ponderações registradas nesta proposta de voto e no relatório técnico da DICOP;

9.7.5- Reparem, reconstruam ou substituam o sistema de captação de água da escola flutuante (CARTA-CONTRATO N.º 044/2013), de forma que se atenda às normas de saúde.

9.8- Determinar à próxima Comissão de Inspeção que, no ato da futura auditoria nas contas da Prefeitura do Município de Beruri, verifique se as medidas recomendadas foram cumpridas, a fim de não ensejar a reincidência das respectivas impropriedades, o que ocasionaria a irregularidade das Contas, com aplicação de multa, nos termos do art. 188, § 1º, III, “e”, da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM c/c o art. 22, III, § 1º, da Lei n.º 2.423/1996.

9.9- Encaminhar cópia da proposta de voto e do Parecer Prévio/Acórdão que será editado ao Ministério Público do Estado do Amazonas, na forma do art. 114, III, da Lei Estadual n.º 2.423/1996, em razão da possível prática de atos de improbidade administrativa durante a gestão sob análise.

10- Ata: 4ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 17 de Fevereiro de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1- Auditor-Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público junto ao TCE: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral